

Garibaldi pede reforma política e menos imposto

Em palestra proferida em São Paulo, Garibaldi Alves propôs que a desoneração tributária dos investimentos seja ponto central da agenda do governo. Disse ainda que a reforma política deve preceder as demais reformas de que o país necessita. O presidente do Senado recebeu um anteprojeto de proposta elaborado pela seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil que visa reduzir a carga tributária. **2**



Garibaldi Alves (2º à esquerda), Luiz Flávio Borges D'Urso e o deputado Michel Temer (D) durante a Semana Jurídica da OAB-SP

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XIV – Nº 2.857 – Brasília, terça-feira, 12 de agosto de 2008

Cristovam anuncia paralisação para garantir piso

Cristovam Buarque anunciou que professores vão parar por um dia a fim de garantir a implantação do piso salarial de R\$ 950 para a categoria. **7**

Geovani quer ampliar acesso a contraceptivos

Para Geovani Borges, a difusão de informações sobre meios contraceptivos preserva a saúde da mulher e evita a gravidez indesejada. **7**

Inflação é maior para os pobres, alerta Papaléo

O aumento da inflação tem sido maior para as famílias pobres, que gastam mais com alimentos, segundo adverte o senador Papaléo Paes. **8**

Senado deve iniciar hoje maratona de votações



Edson Silva/Folha Imagem

Projeto de Cristovam Buarque em exame na CCJ estabelece pena de até 12 anos de prisão por crime de trânsito

► Plenário tem que examinar 3 medidas provisórias para desobstruir a pauta

► Criação de Serviço Social da Saúde será analisada amanhã pela CAS

► CCJ decide sobre penas mais pesadas para responsáveis por crimes de trânsito

► Fundos de combate à pobreza poderão tornar-se permanentes

3 a 5

Serys rebate matéria que aponta uso político do Luz para Todos. **8**

CDH debaterá criação de estatuto para o motorista profissional. **5**



Ichiro Guerra/Folha Imagem

Venda de pupunha e cupuaçu na BR-174: falta apoio a pequeno e médio produtor, diz Mesquita Júnior

Mesquita Júnior cobra projeto para agricultor da região amazônica

Senador protesta contra as novas regras para o desmatamento de áreas para plantio na região e pede coerência do governo federal, que, segundo ele, limita-se a "coibir e constranger" os pequenos agricultores do Acre, fazendo cair a produção de alimentos. **8**

Em palestra, presidente do Senado diz acreditar que a desoneração tributária dos investimentos deve constituir-se em ponto central da agenda do governo

Garibaldi critica excesso de tributos no Brasil

A EXCESSIVA CARGA tributária que pesa sobre os brasileiros foi condenada pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, ao proferir palestra ontem, em São Paulo, a convite da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB). O senador disse que o momento é propício para a tomada de grandes decisões nessa área. Em sua opinião, todos os indicadores apontam para a recuperação econômica do país, com índices que atestam a estabilidade do Brasil entre as economias mundiais.

– Há questões, porém, que precisam receber tratamento mais adequado para que o país possa efetivamente caminhar pela rota do desenvolvimento auto-sustentável. Nosso sistema tributário apresenta um viés anticrescimento, por tributar os bens destinados ao ativo fixo das empresas, aumentando, assim, o custo dos investimentos – afirmou.

Para Garibaldi, a desoneração tributária dos investimentos deve constituir-se em ponto central da agenda do governo. Ele

reconheceu que a União começa a se sensibilizar com essa questão, mas observou que a redução da carga tributária é um desafio complexo, porque “ninguém quer perder”.

O senador observou que a arrecadação tributária atingiu R\$ 55,74 bilhões em junho, um crescimento de 10,54% em relação ao mês anterior e de 13,6% se comparada com igual mês do ano passado. Também lembrou que, no acumulado do ano, a arrecadação de tributos e contribuições atingiu R\$ 327,6 bilhões, o que representou um aumento de 16% em relação ao primeiro semestre de 2007.

– A carga tributária no Brasil é a terceira maior do mundo. Supera até a de países que, embora tenham carga elevada, reverterem boa parte da arrecadação à sua infra-estrutura de serviços sociais, como o Canadá.

Garibaldi afirmou ser preciso dar um basta na escala dos impostos e fazer uma reforma tributária profunda no Brasil. “Sem uma redução da carga tributária, não será possível criar-se um sistema tributário racional”, frisou.

OAB apresenta proposta para reduzir carga

O presidente da seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP), Luiz Flávio Borges D’Urso, apresentou a Garibaldi Alves anteprojeto de proposta de emenda à Constituição que visa reduzir a carga tributária até chegar ao teto de 20% do produto interno bruto (PIB) no prazo de cinco anos. Atualmente, essa carga está em torno de 38% do PIB, de acordo com o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário.

O anteprojeto foi entregue ontem ao presidente do Senado durante os eventos da Semana Jurídica da OAB, na capital paulista.

De acordo com Garibaldi Alves, a sugestão poderá ser incorporada aos projetos de reforma tributária que tramitam na Câmara dos Deputados.

Luiz Flávio D’Urso também pediu ao senador apoio para o projeto de lei que torna crime, punível com até dois anos de prisão, a violação dos direitos e das prerrogativas dos advogados (PLC 83/08). O dirigente apresentou a Garibaldi Alves abaixo-assinado em apoio ao projeto, que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado.



Garibaldi (E) e César Asfor Rocha, presidente do STJ, foram condecorados com a Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho

Presidente do Senado recebe comenda do TST

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, foi agraciado ontem com a comenda Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, concedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).

A comenda foi criada em 1970, para “homenagear pessoas ou instituições que se destacaram em suas atividades e profissões, tornando-se exemplos para o coletivo e o engrandecimento do país ou que prestaram relevantes serviços ao Brasil”. A data da entrega da comenda é 11 de agosto, quando se comemora a fundação dos cursos jurídicos no Brasil e o Dia do Advogado. Garibaldi recebeu o mais alto grau hierárquico da comenda, o Grão Colar, assim como o presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes. Os presidentes do Superior Tribunal de Justiça, César Asfor Rocha; do Superior Tribunal Militar, Flávio Lencastre; e do Tribunal de Contas da União, Walton Alencar Rodrigues, receberam a Grã Cruz. No total, foram 36 agraciados.

“Reforma política deve ser a primeira”

Durante a palestra em São Paulo, Garibaldi defendeu a reforma política, questionando se o país “estaria enfrentando crise tão aguda caso dispusesse de um sistema político mais homogêneo, mais doutrinário e menos multifacetado que o atual”. Para ele, no conjunto das reformas constitucionais, a política deveria preceder as demais.

– Trata-se da reforma sobre cujas bases se assentam os pilares da plena estabilidade institucional. A reforma política estabelecerá não apenas os eixos permanentes do sistema político, tirando o país da areia movediça da provisoriedade para colocá-lo no terreno firme da definitividade, como terá reflexos diretos sobre o comportamento dos cidadãos.

Na opinião do senador, um código permanente para a política nacional aperfeiçoará as condutas e as ações dos representantes.

– O país está a clamar por mudanças substantivas no modelo político, a partir do reordenamento de temas que já se fazem presentes na pauta, dentre os quais se destacam o sistema de voto, a fidelidade partidária, o financiamento das campanhas eleitorais, o sistema de representação e até o próprio sistema de governo – afirmou.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

Às 14h, a sessão é deliberativa. Na hora do expediente haverá homenagem aos 20 anos de funcionamento da Escola Nacional de Administração Pública (Enap). A pauta da ordem do dia está trancada por três projetos de lei de conversão.



Agenda do presidente

O presidente do Senado Federal, Garibaldi Alves, participa às 10h, no Palácio do Planalto, da solenidade de apresentação de oficiais gerais ao presidente da República; às 14h, preside a sessão em comemoração aos 20 anos de funcionamento da Enap e, às 16h, a ordem do dia; às 19h, participa, no auditório do Interlegis, de evento do Ano Cultural Artur da Távola; e, às 19h15, comparece à cerimônia de comemoração dos 70 anos da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

CDR vota recursos para arranjo produtivo local

Às 10h30, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) reúne-se para votar



dois projetos de lei: o primeiro visa assegurar recursos para o sistema de produção chamado Arranjo Produtivo Local (APL); o outro altera o Estatuto da Cidade objetivando garantir condições físicas adequadas para promover acessibilidade e conforto para os empregados domésticos nas dependências de moradia e trabalho.

Uso de equipamento de proteção no trabalho

Às 14h e às 20h ocorre, na gráfica do Senado, palestra sobre a importância do uso de equipamento de proteção individual no trabalho. A palestrante é a enfermeira Maria José, da Secretaria de Assistência Médica do Senado. Às 19h, a compositora e intérprete Ângela Brandão apresenta-se no auditório do Interlegis, como parte do ciclo de *shows* 50 Anos da Bossa Nova, que integra a programação do Ano Cultural Artur da Távola.

CPI da Pedofilia ouve suspeitos

A CPI da Pedofilia tem reunião às 14h para ouvir Alexander Ladislau e Silas Cabral. Eles foram citados em depoimentos à Operação Arcanjo, da Polícia Federal, que apurou denúncias de abuso sexual contra crianças em Roraima.

Papel reciclado em compras do governo

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) vai votar, às 11h30, o projeto que altera a Lei de Licitações estabelecendo que nas compras governamentais deve ser dada preferência ao papel reciclado. Também vota, entre os 11 itens em pauta, dois que tratam da conservação da Floresta Amazônica: o que altera a Lei do Petróleo, para destinar parcela dos *royalties* à conservação da floresta; e o que institui, entre outras medidas, a Política de Redução dos Efeitos da Seca na Amazônia.



Comissão de Educação analisa mudança no ProUni

Às 11h, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) reúne-se para votar uma pauta de 19 itens. O primeiro projeto é o que altera a lei que instituiu o Programa Universidade para Todos, ProUni (Lei 11.096/05), para permitir a adesão de instituições públicas estaduais e municipais não-gratuitas. Também deverá ser votado, em turno suplementar, substitutivo a projeto que estabelece a eleição direta para diretores de escolas públicas.

Senadores tentam votar MPs para desobstruir pauta do Plenário

Os senadores devem retomar hoje as votações em Plenário examinando três medidas provisórias que trancam a pauta desde 17 de julho, último dia antes do recesso. Na semana passada, a oposição recusou-se a votar essas MPs e chegou, na quarta-feira, a obstruir os trabalhos, para que fosse mantido o costume de aguardar três sessões deliberativas antes de colocar medidas provisórias em votação, prazo completado na quinta-feira.

Primeiro item da pauta, o Projeto de Lei de Conversão 18/08, originado pela Medida Provisória 427/08, acrescenta novas ferrovias ao Plano Nacional de Viação (PNV) e amplia o traçado de outras já existentes. Entre as ferrovias que passarão a fazer parte do PNV, estão as estradas de ferro que ligam Uruaçú (GO) a Vilhena (RO); Panorama (SP) a Porto Murtinho (MS); Herval D'Oeste (SC) a Itajaí (SC); São Francisco do Sul (SC) a Imbituba (SC); e Maracaju

(MS) a Cascavel (PR).

Já o PLV 19/08, proveniente da MP 428/08, altera a legislação tributária federal com o objetivo de aumentar os investimentos privados, as pesquisas científicas e tecnológicas, a produtividade da indústria nacional e a participação das exportações brasileiras no mercado internacional, conforme exposição de motivos do Executivo assinada pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Por fim, o PLV 20/08, gerado

pela MP 429/08, autoriza a União a participar do Fundo de Garantia para a Construção Naval. Pela proposta, a União poderá participar com até R\$ 1 bilhão na formação do patrimônio do novo fundo, a ser criado para proteger o crédito concedido pelos bancos a estabelecimentos com recursos do Fundo da Marinha Mercante. A MP editada pelo governo federal estabelece o limite de R\$ 400 milhões.

Além das medidas provisó-

rias, o Plenário poderá votar ainda vários outros projetos. Na reunião de líderes realizada na semana passada, ficou acertado que, em agosto, os senadores serão chamados a deliberar sobre o projeto de lei da Câmara que cria tarifa social para a energia elétrica, visando ao atendimento do consumidor de baixa renda (PLC 12/08), e o projeto que trata da adição de farinha de mandioca à farinha de trigo e seus derivados (PLC 22/07).

Edison Silva/Folha Imagem



Homem é resgatado após acidente em Ribeirão Preto: projeto de Cristovam Buarque considera crime com intenção de matar a lesão grave provocada por motorista alcoolizado

Pena maior para crimes de trânsito

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa amanhã, às 10h, de forma terminativa, projeto que aumenta as penas para motoristas responsáveis por acidentes de trânsito com mortes (PLS 613/07). A matéria, proposta pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF), altera o Código de Trânsito Brasileiro, determinando também que o juiz seja comunicado imediatamente sobre acidentes de

trânsito com morte, para que seja suspensa, por medida cautelar, a carteira de habilitação do motorista.

Para Cristovam, a principal novidade do projeto é que mortes ou lesões corporais de natureza grave provocadas por motoristas alcoolizados ou participantes de "rachas", por exemplo, não serão mais consideradas apenas crimes culposos, puníveis com detenção de um a três anos, e, sim, dolosos, ou seja, crimes em que há intenção de matar, cuja pena de prisão é de quatro a 12 anos.

Exame da OAB

A CCJ examina ainda o PLS 186/06, do senador Gilvam Borges (PMDB-AP), que acaba com a exigência do exame para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e, conseqüentemente, para o exercício da advocacia.

O colegiado vota também, em turno suplementar, substitutivo ao PLS 185/04, do senador Demostenes Torres (DEM-GO), que regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.

Comissão decide amanhã se fundos de combate à pobreza serão permanentes

Deve ser votado amanhã pela CCJ substitutivo de Demostenes Torres a proposta de Antonio Carlos Júnior que pereniza o benefício concedido por estados, municípios e Distrito Federal para melhorar qualidade de vida das famílias brasileiras

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve examinar amanhã, em reunião a partir das 10h, substitutivo do senador Demostenes Torres (DEM-GO) à proposta de emenda à Constituição (PEC 14/08), de autoria do senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), que torna permanentes os fundos de combate à erradicação da pobreza.

Em 1999, um grupo de senadores, tendo à frente Antonio Carlos Magalhães – já falecido e pai de Antonio Carlos Júnior –, apresentou a PEC 67, criando o Fundo de Combate à Erradicação da Pobreza, a ser instituído nos estados, municípios e Distrito Federal. A proposta

foi aprovada e gerou a Emenda Constitucional 31, de dezembro de 2000, que institui o fundo e determina sua vigência até o ano de 2010.

O substitutivo de Demostenes introduz normas básicas de constituição dos fundos, a serem regulamentadas por lei, incluindo dotações orçamentárias. A proposta também exclui a fonte oriunda da extinta Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). A finalidade é perenizar o acesso a todos os brasileiros a uma boa alimentação, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar e outros programas considerados de relevante interesse social voltados para

a melhoria da qualidade de vida.

Consta ainda da pauta da comissão a votação do projeto (PLS 207/05), de autoria do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), que reduz de 15 para dez dias o prazo da citação ou intimação de réus por edital, conforme determina o Código de Processo Civil. O relator da matéria, senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), apresentou parecer favorável.

Indicação para o STJ

A primeira parte da reunião de amanhã da CCJ será destinada a sabatinar o desembargador federal Benedito Gonçalves, indicado para exercer o

cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) na vaga decorrente da aposentadoria de José Augusto Delgado.

Depois da sabatina, os senadores da Comissão de Justiça realizam votação secreta da indicação do desembargador. Se aprovado, o nome de Benedito Gonçalves será submetido posteriormente à apreciação do Plenário do Senado. O relator, senador José Agripino (DEM-RN), é favorável à aprovação da indicação proposta em mensagem do presidente da República. De acordo com o senador, Benedito Gonçalves "é sério, competente e está à altura para ocupar uma vaga de ministro no STJ".

PROJETO IMPÕE MAIS RIGOR NA HOSPEDAGEM DE MENORES

Hotéis, pensões, motéis ou congêneres que hospedarem reiteradamente crianças ou adolescentes desacompanhados dos pais ou responsáveis, ou sem autorização destes, poderão ser fechados definitivamente. Substitutivo a projeto (PLS 255/04) com esse objetivo, de iniciativa da CPI da Exploração Sexual, está na pauta de amanhã da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Após a votação no colegiado, a proposta irá ao Plenário.

Também está na pauta da CCJ projeto (PLS 250/05) de Paulo Paim (PT-RS) que estabelece critérios diferenciados

para aposentadoria de servidores públicos portadores de deficiência. Pela proposta, o servidor com limitação físico-motora, mental, visual, auditiva ou múltipla fará jus à aposentadoria voluntária, após 25 anos de contribuição, dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que ocorrerá o benefício.

Restrição aos sigilos bancário e fiscal dos contratantes com a administração pública, bem como ocupantes de funções, cargos e empregos públicos de qualquer natureza, está na ordem do dia.

MARCO LEGAL DAS FUNDAÇÕES NA PAUTA DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

A definição de novo marco legal para as fundações é o principal objetivo do projeto do Senado (PLS 228/05) que será votado amanhã, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A proposta, de autoria do senador José Sarney (PMDB-AP), define legalmente as fundações como pessoas jurídicas de direito privado e limita o campo de atuação delas a propósitos culturais, religiosos e de assistência.

Segundo o projeto, que modifica o Código Civil, a fundação, quando não instituída ou mantida pelo poder pú-

blico, "não terá sua organização nem o seu funcionamento submetidos ao exame ou fiscalização do Ministério Público". A proposta estabelece que, para se criar uma fundação, o instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres.

No voto favorável, o relator, Alvaro Dias (PSDB-PR), observa que atualmente as fundações enfrentam restrições à sua liberdade de atuação e "formalismos ociosos". A seu ver, esses fatos resultam de uma "confusão histórica entre fundações de direito privado e as de direito público".

Garibaldi propõe lei para regulamentar CPIs

Projeto do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) regulamenta o funcionamento das comissões parlamentares de inquérito (CPIs), transformando em lei o que existe apenas nos regimentos do Congresso Nacional. A matéria (PLS 286/08) proíbe a instalação de duas CPIs que tratem do mesmo assunto, ainda que seja uma na Câmara e outra no Senado.

A proposição também trans-

forma em lei as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação a ações impetradas por investigados. Não se poderá, por exemplo, pedir a quebra de sigilo bancário ou telefônico sem a fundamentação para cada caso.

A proposta inova quanto ao tratamento aos investigados que se recusam a comparecer às CPIs. Hoje, o presidente de uma comissão pode solicitar à

Polícia Federal que leve para depoimento um investigado. Conforme o projeto, será possível requisitar à Justiça a sua prisão preventiva.

“A proposta atualiza e delimita o funcionamento das CPIs para que, de fato, tais inquéritos parlamentares façam jus aos poderes judiciais que lhes foram outorgados pela nação brasileira, conforme a Constituição”, diz Garibaldi.



Reunião da CPI do Apagão: regras dos regimentos do Congresso podem virar lei

June Araújo

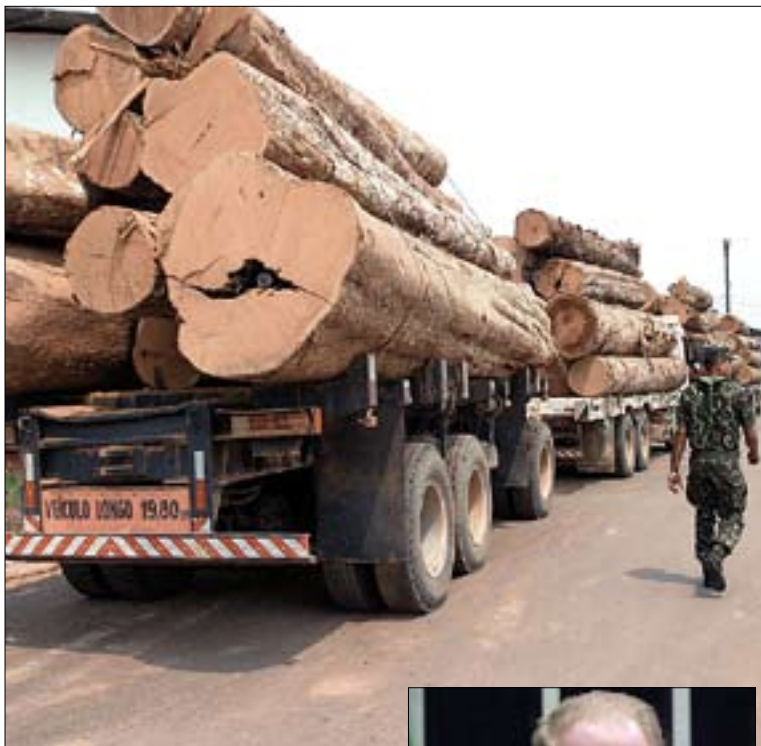
Selo de certificação pode ser exigido na venda de madeira

Proposta em exame na CMA estabelece pena de seis meses a um ano de prisão, além de multa, para quem receber ou adquirir produto de origem florestal sem o “selo-verde”

PROJETO DO SENADOR Gerson Camata (PMDB-ES) estabelece a exigência de selo de certificação florestal – os chamados “selos verdes” – para o transporte e comercialização de madeira, lenha, carvão e “outros produtos de origem vegetal”. O projeto (PLS 293/08) tramita na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e poderão ser apresentadas emendas até quinta-feira.

A medida, que altera a Lei 9.605/98, determina pena de seis meses a um ano de prisão, e multa, para quem receber ou adquirir, “para fins comerciais ou industriais”, produtos de origem vegetal (como madeira, carvão e lenha) sem exigir, do vendedor, a exibição de selo de certificação florestal “outorgado por entidade reconhecida pela autoridade competente”. A mesma pena é estendida a quem vender, expuser à venda, tiver em depósito, transportar ou guardar os mesmos produtos sem o selo verde.

Na justificativa do projeto, Gerson Camata lembra que já existem sistemas internacionais e nacionais de certificação florestal, como as certificações da Forest Stewardship Council (FSC, Conselho de Manejo Florestal em português); do Programa de Credenciamento de Certificação Florestal (PCCF) e do Sistema ABNT Cerflor – Certificação de Origem de Matéria-Prima Florestal. Esse último, informa o senador, foi lançado em 2002 pelo Instituto



Camata argumenta que medida por ele proposta garante a “sustentabilidade na produção da matéria-prima vegetal”

Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) com base em estudos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Camata argumenta que a certificação florestal garante a “sustentabilidade na produção de matéria-prima florestal”, permitindo ao comprador verificar se a madeira é proveniente de florestas “conduzidas de acordo com padrões sustentáveis de manejo”. Além disso, o produto que tiver o selo verde terá maior



Odair Leal/Folha Imagem

Gerardo Maggela

aceitação por parte dos grandes compradores do mercado internacional.

Depois de examinado pela CMA, o projeto será submetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que votará a matéria em caráter terminativo.

Arthur Virgílio defende limite a despesas correntes

Foi encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto de lei (PLS 290/08-Complementar) do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) que fixa em 50% do crescimento do produto interno bruto (PIB) o teto de crescimento das despesas correntes dos orçamentos da União, estados, municípios e Distrito Federal.

A proposta altera a Lei 4.320/64, que define normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos de todos os entes da Federação.

Na justificativa da matéria, Arthur Virgílio manifesta preocupação com a tendência de crescimento das despesas correntes

verificada sobretudo a partir de 2003.

“Há que se estabelecer algum tipo de limite para o crescimento da despesa pública. Ela segue crescendo ano a ano, o que pressiona o governo a aumentar a carga tributária. As estatísticas mostram que a carga tributária no Brasil, que representava 25% do PIB no início dos anos 1990, subiu para 30% em 1994, depois chegou a 37% em 2007”, argumenta o senador.

Arthur Virgílio assinala que o crescimento descontrolado das despesas correntes, além de obrigar o governo a seguir aumentando a carga tributária, restringe o



Objetivo do projeto de Arthur Virgílio é evitar o aumento da carga tributária

nível de investimentos públicos a um nível inferior ao que seria exigido para um bom desempenho da economia.

Gerardo Maggela

Paim quer mudar adicional de insalubridade

Aguarda recebimento de emendas na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que eleva o valor e altera a base de cálculo do adicional de insalubridade pago ao trabalhador submetido a condições de trabalho adversas (PLS 294/08).

Devido a uma lacuna jurídica provocada por uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), o senador procurou assegurar ao empregado o recebimento de adicional calculado sobre o salário, e não sobre o salário básico ou sobre o salário mínimo.

Em sua justificativa, Paim lembra que o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que permitia o cálculo de insalubridade sobre o salário básico.

A decisão do Supremo, esclareceu o senador, deixou claro que não só é proibida a indexação do adicional de insalubridade ao salário mínimo, como também que não pode qualquer instância judicial determinar a sua substituição, pois é competência exclusiva do Poder Legislativo definir uma nova norma.

“Se, de um lado, o adicional de insalubridade não pode mais ser indexado ao salário mínimo, de outro, não temos mais, em nosso ordenamento jurídico, regra que defina qual base de cálculo deva ser usada. Diante dessa realidade, estamos propondo nova base de cálculo, que incidirá sobre o salário do trabalhador. Elevamos o valor da base de cálculo desse adicional, onerando o empregador para estimulá-lo a promover mudanças que eliminem ou neutralizem os fatores físicos ou químicos que causam insalubridade em seu estabelecimento”, argumenta o senador.

Gerardo Maggela



Antônio Carlos Valadares apresenta projeto que define penas para discriminação

Projeto considera crime preconceito no trabalho

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou projeto de lei que define as ações e os crimes resultantes de discriminação na relação de trabalho (PLS 283/08). A proposta, à qual não foram apresentadas emendas no prazo definido no Regimento Interno do Senado, aguarda a designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto altera a Lei 9.029/95, que proíbe a exigência de atestados de gravidez e de esterilização e outras práticas discriminatórias para admissão ou permanência no emprego, proibindo ações que caracterizem discriminação ou preconceito de gênero, sexo, orientação e identidade sexual, estado civil, situação familiar, origem, raça, cor, etnia, religião, deficiência, e restrição de crédito ou de idade, além de anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) que desabonem o empregado.

O projeto também proíbe a adoção, contra o trabalhador, de qualquer ação discriminatória ou que limite o acesso, o remanejamento e a ascensão profissionais.

A proposição não impede a criação de políticas de igualdade de oportunidades para acesso, permanência e condições gerais de trabalho, como no caso das ações afirmativas. Também não veda as ressalvas baseadas nas qualificações exigidas para ocupações específicas.

Na justificativa da matéria, Antônio Carlos Valadares reitera que a Constituição estabelece, como um dos objetivos republicanos, a promoção do bem comum, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e qualquer forma de discriminação.

O senador explica ainda que a Carta Magna determina que deve ser punida qualquer ação que atente contra os direitos e liberdades fundamentais do cidadão brasileiro.

Projeto abrange profissionais que trabalham com caminhão, ônibus e táxi. Conforme o senador Paulo Paim, a proposta não é definitiva e precisa ainda ser debatida com setor

Leonildo Silva



Paulo Paim (C) preside reunião da Comissão de Direitos Humanos sobre proposta, que já recebeu mais de 30 emendas

Motoristas profissionais podem ter estatuto próprio

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realizará audiência pública em 8 de setembro, uma segunda-feira, para debater a minuta de um projeto de estatuto para motoristas profissionais. Até lá, serão recolhidas sugestões de senadores e representantes de patrões e empregados do setor de transportes pelo presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS).

A data foi decidida em audiência pública realizada na tarde de ontem, da qual participaram dirigentes de associações e sindicatos patronais do setor. Eles discutiram o projeto de lei do Senado (PLS 271/08) apresentado por Paim com o objetivo de lançar a idéia do estatuto.

– Não tenho a pretensão de que este projeto seja definitivo. Apenas rerepresentei uma proposta que havia sido arquivada pela Câmara dos Deputados para estimular a discussão – disse o parlamentar.

Segundo Paim, a matéria já

recebeu mais de 30 emendas, mas ainda será modificada com base nas sugestões de motoristas autônomos e empregados, assim como de empresários.

A intenção do senador é que o estatuto abranja as categorias de motorista de caminhão, de ônibus e de táxi, entre outros, e regule aspectos como piso salarial, no caso dos empregados, aposentadoria, segurança e jornada de trabalho.

Para Nélio Botelho, presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro e do Sindicato dos Caminhoneiros do Rio de Janeiro, a aprovação do estatuto é importante, mas não resolverá os problemas dos motoristas se persistir a deficiência de fiscalização. Em sua opinião, nem a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) nem a Polícia Rodoviária Federal estão estruturadas para fiscalizar o cumprimento das leis.

– Quem pode afirmar, por exemplo, se um motorista de caminhão está trabalhando há 18 ou 19 horas, o que é muito comum? – questionou Botelho.

Ele levanta ainda as dificuldades de compatibilizar os interesses de empregados e autônomos. Estes últimos não teriam tanto interesse numa jornada rígida de trabalho quanto os empregados.

Paim também enxerga essas e outras dificuldades de compatibilização de interesses. Um exemplo, ressaltou

o parlamentar, é o piso salarial para o motorista de táxi, proposto em três salários mínimos. Os pequenos empresários do setor, que empregam em torno de três motoristas, consideram o piso muito alto, enquanto os empregados acham que é muito pouco.

Proposta regula temas como piso salarial, jornada de trabalho, segurança e aposentadoria

CPI ouve mais acusados de abuso contra menores

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia ouve hoje, às 14h, Alexander Ladislau e Silas Cabral, que foram citados em depoimentos de pessoas investigadas pela Operação Arcanjo, deflagrada em junho pela Polícia Federal, em Roraima, para apurar denúncias de abuso sexual contra crianças no estado.

Em julho, os senadores da CPI visitaram Boa Vista e ouviram outras 16 pessoas também envolvidas nas denúncias da Operação Arcanjo.

Entre os denunciados estão o procurador-geral de Roraima, Luciano Alves Queiroz, e o major da Polícia Militar Raimundo Ferreira Gomes.

Na semana passada, a comis-



Demostenes (E) é relator da comissão, Magno Malta, presidente

são parlamentar de inquérito aprovou um plano de trabalho para o segundo semestre de 2008. No dia 19, será realizada audiência pública com Osvaldo Barbosa de Oliveira, diretor-ge-

ral do MSN/Hotmail no Brasil, Eduardo Fumes Parajo, presidente da Associação Brasileira de Provedores de Internet (Abranet), e representantes do Facebook e do Bebo. Os senadores buscarão, no debate, formas de cooperação para reprimir o uso da internet na prática de pedofilia.

Ao longo dos próximos meses, a CPI deverá tomar depoimentos de outros envolvidos em denúncias de pedofilia e promover audiências com autoridades ligadas à proteção dos direitos humanos, da Coordenação Geral de Polícia Criminal Internacional (Interpol) e do Ministério Público, entre outras.

Márcio Kolome

CAS examina a criação de serviços social e de aprendizagem da Saúde

Projeto que institui o Serviço Social da Saúde (Sess) e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde (Senass) será examinado amanhã pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a partir das 11h. De acordo com a proposta, caberá ao Sess executar programas de promoção social e humana dos trabalhadores em estabelecimentos de serviços de saúde. Já o Senass terá a incumbência de organizar, manter e administrar escolas de aprendizagem e centros de treinamento a esses profissionais.

A proposta (PLS 131/01), que será votado em decisão terminativa, é de autoria do então senador Geraldo Althoff, que é médico, e já foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relator na CAS, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), argumenta no parecer favorável que, nesses anos em que o setor de prestação de serviços aos trabalhadores da área de saúde se mantém vinculado ao Serviço Social do Comércio (Sesc) e ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), se acumu-

laram problemas graves nas atividades de assistência social e de capacitação profissional de seus trabalhadores, porque tais questões nunca fizeram parte das prioridades dessas instituições.

Guerra lembra que as características diferenciadas do setor de saúde, no que diz respeito ao sistema de representação corporativa, foram reconhecidas por ocasião da criação da Confederação Nacional da Saúde (CNS) e da Confederação dos Trabalhadores em Saúde (CNTS).

Para o relator, não se trata, pois, de reivindicação isolada, mas de anseio histórico de profissionais liberais especializados e de milhões de trabalhadores ansiosos por melhor qualificação e mais assistência de seus órgãos representativos, explicou.

O senador observa que, com a criação das duas instituições, serão redirecionados para entidades específicas do setor de saúde os recursos hoje canalizados para o setor do comércio, a fim de que sejam aplicados na assistência e qualificação dos trabalhadores da área.



Genildo Magela

Matéria será votada em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais

Relatório sobre mortes de bebês em Belém será votado amanhã

O primeiro item da pauta da reunião de amanhã da CAS é o relatório da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, elaborado por Papaléo Paes (PSDB-AP), sobre a visita que integrantes do colegiado realizaram, em julho, à Santa Casa de Misericórdia de Belém. Os senadores foram colher informações sobre as mortes de quase 300 recém-nascidos no primeiro semestre deste ano.

Depois de votado na CAS, o relatório será submetido à Mesa do Senado para que as sugestões possam ser adotadas.

Na avaliação do relator, houve omissão das autoridades estaduais responsáveis pela Santa

Casa, que, mesmo alertados por profissionais do quadro, não tomaram providências em tempo hábil para prevenir os óbitos. Papaléo lembra que há superpopulação de mães e bebês naquele hospital e, com isso, não está havendo atendimento materno-infantil adequado, apesar de o serviço oferecido pela Santa Casa na área ser considerado padrão na região.

No relatório, o senador propõe a realização de uma conferência extraordinária de saúde no início de 2009 para debater a situação materno-infantil no Pará, bem como a reformulação do Conselho Estadual de Saúde, a fim de que haja mais controle sobre as políticas para o setor.



Wikipédia

No primeiro semestre, morreram na Santa Casa de Belém quase 300 recém-nascidos

Portador de baixa visão quer títulos em escrita ampliada

Francisco Marconcílio Sousa e Kátia Lúcia Alves Bezerra, filiados à Associação dos Deficientes Visuais de Mossoró (RN), solicitaram à Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado a inclusão no seu catálogo de alguns títulos impressos em escrita ampliada. A iniciativa permitiria aos portadores de baixa visão o acesso à leitura. O pedido será encaminhado ao presidente do

Senado, Garibaldi Alves, pelo diretor-executivo da Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen), Evaldo Gomes Carneiro Filho, e Carlyle Coutinho Madruga, membro do Conselho Editorial da Casa.

Evaldo Carneiro e Carlyle Madruga representaram o presidente Garibaldi Alves na entrega de publicações em braile a entidades que prestam apoio a deficientes visuais. A

solenidade ocorreu no estande do Senado na Feira do Livro de Mossoró, encerrada domingo.

– Nós, que temos baixa visão, temos poucas alternativas de leitura, já que não lemos em braile e também não conseguimos enxergar – lamentou Francisco Marconcílio.

Além da associação, também foi beneficiado pelas doações o Centro de Apoio ao Deficiente Visual.



Evaldo Carneiro (E) e Carlyle Madruga distribuem publicações em braile

No evento, que contou com aula a cargo do advogado Arnaldo Godoy, diretor-geral destaca a preocupação do Senado em investir no aperfeiçoamento de seus quadros

“Senado vira pólo de difusão do conhecimento”

O CURSO DE especialização *lato sensu* de Direito Constitucional da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) teve início ontem, com aula inaugural proferida pelo advogado Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy, do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). O diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, cumprimentou os 50 alunos do curso e elogiou a “parceria inteligente” com o IDP.

– O Senado procura valorizar seus quadros técnicos e administrativos, investindo na sua formação, tendo se transformado num pólo de difusão de tecnologias e conhecimento – disse Agaciel, destacando que atualmente há 235 alunos de pós-graduação da Unilegis, nas áreas de Ciência Política,

Direito Legislativo, Comunicação Legislativa e Administração Legislativa.

O diretor-geral mencionou a vontade política, a liderança e a determinação do presidente da Casa, Garibaldi Alves Filho, e do 1º secretário, Efraim Moraes, para que iniciativas de parcerias como essa se realizem. Salientou ainda a qualificação profissional dos docentes do IDP, entre os quais se encontram, segundo ele, os mais respeitados juristas e doutrinadores do país – doutores, mestres, juizes, membros do Ministério Público, e ministros das mais altas Cortes, como o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, além de ministros de Estado. Agaciel agradeceu ao consultor-geral da Consultoria Legislativa

do Senado, Bruno Dantas, pela iniciativa de criação do curso.

Na aula inaugural, Arnaldo Godoy proferiu palestra sobre sua obra *A história do Direito entre foices, martelos e togas: Brasil – 1935-1965*, que relata autos de processos de figuras históricas como Olga Benário, mulher do comunista Luiz Carlos Prestes entregue à Gestapo de Hitler durante a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas.

O evento, que ocorreu no Plenário 2 da Ala Senador Nilo Coelho, contou com a presença da vice-reitora acadêmica da Unilegis, Vânia Maione, da diretora-executiva do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Denise Zoghbi, e dos juristas do IDP Paulo G. Branco e Luiz Fernandes.



A partir da esquerda, Paulo G. Branco, Vânia Maione, Agaciel Maia, Denise Zoghbi, Bruno Dantas e Luiz Fernandes de Oliveira

Três dias de celebração dos 50 anos da Bossa Nova no Senado

O Senado promove esta semana, no Auditório Antonio Carlos Magalhães, do Interlegis, três *shows* de bossa nova. Hoje, Angela Brandão se apresenta acompanhada pelo violonista André de Moraes e pelo pianista Jefferson Alves, com participação especial do cantor Assis Medeiros. Amanhã, o pianista Toninho de Paula mostra algumas das principais canções da música brasileira. Fechando a temporada de agosto, Vanessa Pinheiro canta e toca violão na quinta-feira, com Diogo Andrade, no baixo, e Nelsinho Jota, na bateria. Os *shows* ocorrerão sempre às 19h.

A programação faz parte do projeto Bossa Nova no Senado, que estreou na semana passada com a interpretação musical do cantor e violonista potiguar Tico da Costa. Até o fim do ano, a cada mês um artista homenageará a bossa nova no auditório do Interlegis. Todas as apresentações são abertas ao público e têm entrada gratuita. Elas integram a programação do Ano Cultural Artur da Távola, que irá realizar ainda em agosto a comemoração do centenário de nascimento do escritor Guimarães Rosa e um painel sobre o ano de 1968.

Angela Brandão tem-se destacado como uma das principais compositoras da nova geração de Brasília. Já foi saudada pela imprensa com expressões como “Noel Rosa de saias”, “talento” e “estrela”. Suas letras capricham na poesia e suas melodias incomuns passeiam pelos mais variados estilos musicais. Além de fazer sambas de raiz,

ela compõe valsas sofisticadas e música pop de qualidade. Intérpretes como Paula Nunes, Isabella Paz, Indiana e a própria Vanessa Pinheiro já incluíram, em seu repertório, canções de Angela, que é jornalista da TV Senado. Em outubro, Angela lança o seu primeiro CD, que tem a participação especial do cantor Paulinho Moska.

Antonio Pereira de Paula, o Toninho, que é consultor legislativo do Senado, estuda música desde os dez anos de idade. Precoce, aos 13 já tocava em igrejas, festas e eventos escola-

Shows fazem parte do Ano Cultural Artur da Távola, começam às 19h e têm entrada franca

res. Aos 16 começou a se apresentar na noite, principalmente em orquestras e conjuntos de baile. Além de um trabalho solo em São Paulo, ele integrou conjuntos e orquestras como Orquestra Brasil, Móbile 10, Sam-

barte, Musicshow e Orquestra Ed Costa. Há 14 anos, Toninho é um dos pianistas do elenco da Brasília Super-Rádio FM para o programa *Um piano ao cair da noite*. A paraense Vanessa Pinheiro – que trabalha como assessora do senador Papaléo Paes (PSDB-AP) – compõe desde muito jovem. Aos 18 anos já disputava festivais de música popular como compositora e intérprete. Após passar alguns anos cantando na noite de Brasília, Vanessa, em 2004, lançou seu primeiro CD – produzido pelos baixistas Arthur Maia e Nelsinho Rios. O álbum, além de críticas favoráveis, lhe rendeu dois convites para turnês em Portugal, Espanha e França. Vanessa está finalizando a produção de seu segundo álbum, agora co-produzido por ela.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Papaléo Paes • Cristovam Buarque • Marco Maciel • Geraldo Mesquita Júnior

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Maciel lembra 150 anos de Santa Casa do Recife

Os 150 anos da Santa Casa de Misericórdia do Recife, comemorados no último dia 12 de junho, foram lembrados por Marco Maciel (DEM-PE). O senador destacou o alcance social do trabalho executado pelas Santas Casas de todo o país.

Maciel defendeu a adoção, pelo governo federal, de um programa de recuperação dessas instituições, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Caixa Econômica Federal (CEF), nos moldes de iniciativa adotada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso.

O senador contou que projeto semelhante foi implantado pelo governador de São Paulo, José Serra, com o lançamento do programa Pró-Santas Casas, que destina R\$ 150 milhões, por meio de linha de crédito a juro zero, para auxiliar as Santas Casas paulistas a reduzirem as dívidas e a defasagem entre as tabelas do Sistema Único de Saúde (SUS) e os custos reais do atendimento médico. O financiamento foi condicionado à melhora do padrão administrativo dos hospitais, explicou.

– O governo federal deve voltar seus olhos para o atendimento das demandas das Santas Casas. Não fora a existência das Santas Casas, certamente bem mais grave seria a situação dos mais carentes – afirmou.

Citando editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* do último dia 10, Marco Maciel destacou que os hospitais beneficentes das Santas Casas respondem por quase 60% das internações realizadas pelo SUS no país.



Marco Maciel defende programa de recuperação de instituições

Trabalho do instituto Datafolha revela que 40% das gestações no Brasil não são planejadas. Entre os jovens e os mais pobres o índice ainda é maior, segundo o senador

Geovani: gravidez indesejada gera mais violência urbana

BASEADO EM PESQUISA sobre fecundidade no Brasil, realizada pelo instituto Datafolha em março deste ano, o senador Geovani Borges (PMDB-AP) analisou a “perigosa relação” entre a gravidez indesejada e a violência urbana. Geovani defendeu o acesso à informação e a facilitação da obtenção de meios contraceptivos, com orientação médica adequada, para preservar a saúde da mulher, evitar a gravidez indesejada, diminuir o número de gestações de alto risco e de abortos inseguros, e reduzir o padecimento social de mulheres e crianças.

– Todos nós sabemos quanto custa criar um filho. Cada criança concebida involuntariamente por casais que não têm condições financeiras empobrece ainda mais a família e o país, obrigado a investir em escolas, postos de saúde, hospitais, merenda escolar, vacinas, medicamentos, habitação, Fome Zero e, mais tarde, lamentavelmente em muitos casos, arcar com a construção de cadeias para

O parlamentar defende condições para o planejamento familiar

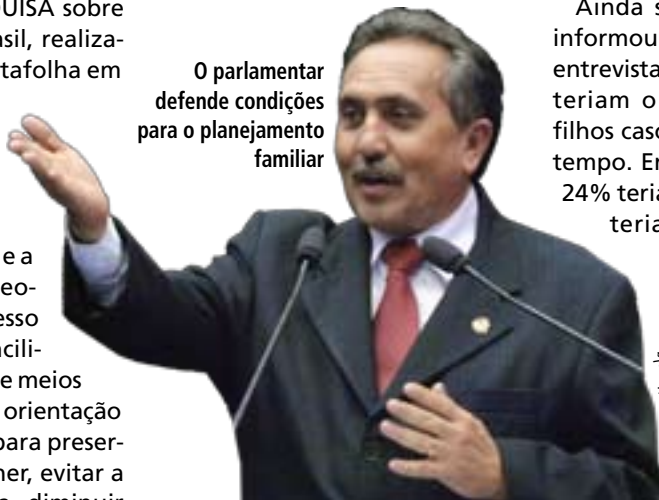


Foto de Gabriel Mangela

trancar delinquentes – disse o senador.

A pesquisa mostra, segundo Geovani Borges, que, mais de 50 anos após a invenção da pílula anticoncepcional, quatro entre dez gestações ocorridas no Brasil não foram planejadas. Ele assinalou que, apesar de ocorrer com mais frequência entre os mais jovens (56%) e os mais pobres (44%), o fenômeno também foi verificado entre os ricos, 34% dos quais também tiveram filhos sem planejar. A pesquisa não contabilizou os abortos.

Ainda segundo o trabalho, informou o senador, 60% dos entrevistados disseram que não teriam o mesmo número de filhos caso pudessem voltar no tempo. Entre os arrependidos, 24% teriam menos filhos, 21% teriam mais e 15% não teriam filhos. Conforme Geovani, esses 15% mostraram-se a grande novidade revelada pela pesquisa e foram considerados, pelo demógrafo José Eustáquio Diniz Alves, um índice elevado mesmo para a população mais pobre e com menos escolaridade. O índice é maior entre as mulheres (18%) e os mais jovens (31% dos pesquisados com idade de 16 a 24 anos).

– Programar o crescimento da família nos dias de hoje é fundamental. Não apenas porque economicamente a vida está mais difícil, mas também porque muitas vezes investir na carreira pode ser a prioridade do momento, tanto para o homem como para a mulher – afirmou Geovani Borges.

Cristovam destaca movimento para defender piso salarial de professores

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu ontem o piso salarial nacional de R\$ 950 para os professores do ensino básico e a redução do número de horas em sala de aula, mantida a carga horária de 40 horas semanais.

Ao alertar para o perigo de um movimento comandado por governadores para contestar a constitucionalidade da lei que criou o piso, Cristovam disse que, nesse assunto, vai trabalhar além dos limites do Senado e atuar junto aos 2,6 milhões de professores brasileiros. Ele anunciou que, dentro de algumas semanas, será realizado o Dia de Defesa do Piso Salarial, com paralisação de todos os professores para debater a importância da lei com os alunos e a comunidade onde atuam.

Cristovam destacou a necessidade de o professor dedicar 67% da sua carga horária (equivalente a seis das oito horas diárias) às aulas e o res-

tante do tempo à atualização profissional, preparação das aulas, correção de provas e de trabalhos, e ao atendimento aos alunos. O senador disse que está difícil convencer a sociedade da importância da reestruturação da carga horária e do piso nacional para atrair melhores quadros para a educação de base e, com isso, melhorar a universidade.

– Ninguém quer acreditar nisso. Os estudantes universitários lutam para melhorar a qualidade da universidade dentro da universidade. Não vão conseguir. O mais rico dos estados brasileiros está fazendo uma campanha para que seja declarada inconstitucional a lei do piso salarial. E querem melhorar a qualidade da universidade. Estão mentindo – protestou o senador.



Foto de Leopoldo Silva

Para Cristovam, educação só melhora na universidade se começar pela base

– O que a lei do piso salarial fez de mais importante foi federalizar o professor brasileiro. Surgiu a causa única pela qual todos os professores podem lutar – concluiu.

A senadora Serys Slhessa-renko (PT-MT) lembrou que, quando secretária de Educação em Mato Grosso, criou um sistema para que o professor pudesse se preparar adequadamente.



Leopoldo Silva

Paim destacou luta de sociólogo e político contra a desigualdade

Homenagem de Paim a Florestan Fernandes

Relembrando momentos de convivência com Florestan Fernandes durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, em 1988, Paulo Paim (PT-RS) prestou uma homenagem ao sociólogo e político pela passagem dos 13 anos de seu falecimento.

O senador destacou o papel importante desempenhado pelo intelectual na luta contra as desigualdades sociais e em defesa de um sistema de ensino público de qualidade.

– Florestan defendeu com vigor suas idéias de um novo projeto de sociedade, ajudando na melhoria das condições de vida e de trabalho de negros, de índios, de caboclos e de pessoas com deficiência – disse.

Convenção

Paim ainda parabenizou o Congresso pela promulgação, no dia 9 de julho, da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. Ele afirmou que o texto promulgado está em perfeita consonância com o Estatuto da Pessoa com Deficiência já aprovado por unanimidade pelo Senado. O senador registrou ainda uma importante parceria firmada entre os ministérios da Justiça e do Trabalho e Emprego visando a reintegração de ex-presidiários no mercado de trabalho por meio da economia solidária.

O parlamentar relatou também visita ao município de Estância Velha (RS), que recebeu em 2005 o Prêmio Gestor Público do Sindicato dos Auditores de Finanças Públicas do Rio Grande do Sul em razão do projeto Almoço nas Escolas.

A água vale ouro

A água doce é um bem cada vez mais escasso. Hoje, 1,1 bilhão de pessoas no mundo não têm acesso à água potável. Medidas simples podem fazer a diferença.

Atas: Crislo Quartim - Fonte: Phnuma e Instituto Akatu

Para Mesquita Júnior, governo trata pequenos e médios produtores da Amazônia como marginais. Já Mário Couto quer a adoção de política contra a seca na região



Falta de política agrícola que estimule pequenos produtores acreanos a produzir é criticada pelo senador

Mesquita Júnior cobra apoio a pequeno agricultor

O SENADOR GERALDO Mesquita Júnior (PMDB-AC) afirmou ontem que o governo não tem projeto para os pequenos e médios agricultores da Amazônia e, por isso, limita-se a “proibir, coibir, inibir e constringer, como se estivesse tratando com marginais”. Relatou que, no caso do Acre, seu estado, há um ambiente de medo, indefinição e intranquilidade dos pequenos agricultores.

Mesquita Júnior informou que pequenos produtores do projeto Pedro Firmino, no município de Cruzeiro do Sul, estão revoltados, pois o governo decidiu que eles só podem desmatar um hectare, e não mais três. Para ele, essa medida é ilegal e não oferece qualquer alternativa a quem procura plantar.

– Tanta indefini-

ção de política pública para o campo gerou uma situação lastimável no Acre. Antes, auto-suficientes na produção de alimentos, os acreanos hoje importam 70% do que comem – disse.

O senador considerou “curioso” que, no Acre, o governo “jogue tão duro” com os pequenos produtores em nome da preservação ambiental, mas permite que se lancem esgotos nos rios. Mencionou que o esgoto da capital, Rio Bran-

co, é jogado diretamente no rio Acre, “que já está morrendo”.

Depois de lembrar que o Acre tem uma grande área desmatada, sustentou que uma política de novas tecnologias pode ajudar a resolver a situação, permitindo que agricultores produzam bem nas áreas que perderam a cobertura florestal. Acrescentou que o governo do estado “parece” ter acordado para o problema e chegou a lançar o Plano Agrário, com o qual pretende reverter “a situação dramática que vive a maioria” dos produtores.

Em aparte, Marco Maciel (DEM-PE) apoiou a idéia de Mesquita Júnior de que é possível, com apoio aos agricultores e tecnologia, explorar a Amazônia de forma sustentável.



Foto de Geraldo Magela

Mário Couto propõe ação integrada contra seca

Proposta do senador Mário Couto (PSDB-PA) que institui a Política de Redução dos Efeitos da Seca na Amazônia está pronta para ser votada na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Conforme a proposta, caberá à União articular com estados e municípios o desenvolvimento de ações de defesa civil com o objetivo de reduzir os efeitos da estiagem na região.

O controle sanitário e epidemiológico, além do auxílio na reabilitação e na recuperação das áreas afetadas, está também entre as atribuições do governo federal previstas no projeto (PLS 100/07). Em cooperação com estados e municípios, a União deve ainda assumir a preparação dos órgãos e entidades para pronta e adequada resposta em caso de ocorrência de eventos climáti-



Projeto de Mário Couto prevê campanha de educação

cos extremos de seca.

Os municípios, com o apoio dos estados e da União, deverão treinar e orientar a comunidade sobre o aproveitamento de reservas de água nas áreas de risco. Cabe à União, ainda, prestar assistência técnica e auxílio econômico-financeiro aos estados e municípios afetados; e criar, em caso de estado de calamidade pública reconheci-

do pelo órgão federal competente, frentes de trabalho para ações emergenciais.

De acordo com a proposição, as localidades em estado de calamidade pública ou em situação de emergência terão prioridade nas ações e medidas previstas na lei. É função da União, diz a proposta, planejar, coordenar, controlar e executar atividades de defesa civil em sua esfera de competência.

O projeto determina que o poder público desenvolva, perante as comunidades em áreas de risco, campanhas preventivas de educação sanitária e ambiental sobre causas e consequências da seca. Também terá o papel de estabelecer normas, programas, planos, procedimentos, estudos e atividades que visem à prevenção dos riscos associados às secas.

Aumento da inflação afeta os mais pobres, adverte Papaléo

Os recentes aumentos da inflação acabam por afetar com mais intensidade a população brasileira mais pobre, sustentou ontem o senador Papaléo Paes (PSDB-AP), para quem a elevação dos preços dos alimentos faz com que as famílias de baixa renda tenham de cortar gastos com a alimentação, o que diminui a qualidade de vida dessa parcela da população.

O senador disse que o Índice de Preços ao Consumidor Brasil (IPC-BR), medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ficou em 3,84% nos seis primeiros meses de 2008. Entretanto, salientou Papaléo, se consideradas apenas as famílias com renda entre um e 2,5 salários mínimos (IPC-C1), os preços subiram 5,97% no período.

Essa diferença se explica, principalmente, pelo peso do consumo de alimentos para a classe de renda mais baixa, que corresponde a quase 40% de todo o seu gasto, enquanto o mesmo tipo de consumo é responsável por 28% dos gastos do conjunto das famílias brasileiras.

Solução

Na opinião de Papaléo, “medidas enérgicas e eficientes” são necessárias para conter o crescimento inflacionário daqui para frente. Apenas o aumento da taxa básica de juros da economia (Selic), observou ele, não é o bastante para combater a inflação, pois esses juros altos acabariam por prejudicar o país a longo prazo, criando dificuldades para o desenvolvimento das atividades produtivas.

Para o senador, o governo federal deveria priorizar a diminuição dos gastos públicos



Papaléo cobra medidas enérgicas para conter a elevação de preços

correntes, para não comprometer os investimentos em infra-estrutura e na política agrícola.

– Não há dúvida de que o aumento da produção agropecuária é a grande medida a ser implementada para diminuir, senão neutralizar, o atual processo inflacionário – avaliou, ao ressaltar serem ainda baixos os investimentos governamentais no desenvolvimento tecnológico da agricultura nacional.

Papaléo afirmou que são imprescindíveis mais recursos para a infra-estrutura de transportes do país, visando baratear o escoamento da produção agrícola.

O senador criticou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que, de acordo com veículos da imprensa, teve apenas 4% das obras concluídas após um ano e cinco meses de existência.

– O governo tem a obrigação de priorizar o desenvolvimento da agricultura, de modo que ela atenda não só ao mercado internacional, mas também à demanda interna, combatendo os efeitos nefastos da escalada inflacionária, principalmente aqueles que atingem nossa população de menor renda.

Serys rebate críticas de uso político do Luz para Todos

Serys Silhessarenko (PT-MT) refutou ontem, em Plenário, matérias do jornal *Folha de S. Paulo* sobre suposto uso político do programa Luz Para Todos pelo Partido dos Trabalhadores e por legendas da base aliada.

Ao citar dados de levantamento realizado em Mato Grosso, a senadora chamou atenção para o fato de que a percentagem total de ligações realizadas em municípios comandados pelo DEM e pelo PSDB – 51,11% e 65,41%, respectivamente –, em relação ao total de ligações a serem executadas, é mais elevada do que nos municípios administrados por PT, PMDB e PR, partidos que apóiam o governo federal.

– Os dados levantados na reportagem não se sustentam, principalmente lá em Mato Grosso, em que as prefeituras administradas pelo DEM e pelo PSDB, portanto a oposição, recebem tratamento republicano, com percentual de ligações superior aos partidos da base de sustentação do governo federal – declarou.

Serys ressaltou ainda os critérios para aprovação de lotes de obras no âmbito do programa,



Serys: em MT, programa atende mais as cidades da oposição que da base aliada

os quais priorizam o atendimento a comunidades atingidas por barragens de hidrelétricas; comunidades indígenas e quilombos; assentamentos rurais e municípios com baixo índice de atendimento em energia elétrica e baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Segundo a parlamentar, a prova cabal da seriedade do programa seria a postura do atual ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, em defender a continuidade do programa para além do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com o objetivo de universalizar o fornecimento de energia elétrica no país.